JUSTUTOR

Questão Discursiva 04360

Depois de longa investigação policial, descobre-se que o diretor Y de um banco privado havia informado falsamente a um jornalista que a instituição financeira oficial X, que estava para ser privatizada, tinha um passivo a descoberto na ordem de R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). Em decorrência desta notícia, a cotação das propostas de sua compra no pregão sofre um deságio na ordem de 40% do valor real. Diante disso, o MPF denuncia-o pelo crime do art. 3º da Lei 7.492/86 e pede ao Juiz Federal sua prisão preventiva. Atendendo ao pedido do MPF o juiz assim despacha: "Verifico da promoção do MPF que efetivamente estão presentes os elementos referidos no art. 30 da lei 7.492/86. Por isso, decreto a prisão preventiva do acusado Y". Inconformado com a decisão, o patrono do acusado impetra em seu favor habeas corpus, argumentando que a prisão era ilegal. Explique sucintamente se a prisão é legal ou ilegal. (Lei 7492/86 - Art. 3º. Divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira: Pena - reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa. Art. 30. Sem prejuízo do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal aprovado pelo Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941, a prisão preventiva do acusado da prática de crime previsto nesta Lei poderá ser decretada em razão da magnitude da lesão causada)